Estratégia
Carreira Jurídica

3º SIMULADO
INÉDITO PROGRESSIVO

3° Simulado Progressivo

Regulares para Delegado de Polícia – 27/04/21

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado;

*2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FGV, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Regulares-Delegados-27-03

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	61 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	81 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	62 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	82 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	63 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	83 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	64 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	84 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	65 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	85 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	66 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	86 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	67 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	87 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	68 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	88 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	69 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	89 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	70 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	90 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	71 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	91 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	72 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	92 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	73 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	93 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	74 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	94 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	75 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	95 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	76 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	96 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	77 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	97 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	78 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	98 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	79 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	99 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	80 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	100 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) A competência para o julgamento do crime praticado por João é do júri.

b) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.

c) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.

d) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.

e) A traição está inserida no contexto das relações amorosas e sua reprovação reside apenas no campo moral, de modo que ciúme, paixão e emoção não excluem a imputabilidade penal e nem caracterizam legítima defesa.

02. O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que "o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo." A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.

b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.

c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

e) O artigo 29, *caput*, da Lei 7.210/1984 é contrário ao disposto no artigo 7º, IV, da CF/88, motivo pelo qual é inconstitucional e deverá ser expurgado do ordenamento jurídico. Para combater essa violação à Constituição Federal será cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

03. A respeito da segurança pública, consoante redação da Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) É inconstitucional a vedação legal de porte de arma de fogo aos guardas municipais de municípios com menos de quinhentos mil habitantes.

b) Guardas civis municipais, diferente dos policiais civis, federais e rodoviários, não têm direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.

c) Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.

d) A polícia federal é órgão permanente instituído por lei para, dentre outras atribuições, exercer, com

exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

e) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem com exclusividade, no âmbito do Estado-membro, as funções de polícia judiciária, cabendo-lhes, ainda, a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

04. A respeito da competência para legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

a) Compete privativamente à União legislar sobre a organização das polícias civis.

b) Sendo a polícia civil órgão de segurança pública estadual, a competência para legislar sobre sua organização, direitos e garantias é privativa dos estados.

c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes à organização da polícia civil.

d) A competência para legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.

e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca da organização da polícia civil revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

05. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

a) Princípio da unidade.

b) Princípio do efeito integrador.

c) Princípio da conformidade.

d) Princípio da força normativa.

e) Princípio da máxima efetividade.

06. Em fevereiro de 2021, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para dispor sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. A PEC contrariou alguns grupos sociais e alguns partidos políticos, que alegaram violação e direitos e garantias fundamentais. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.

c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.

d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

07. A Constituição Federal reservou o seu Título VII para dispor sobre a ordem econômica e financeira. A atividade econômica contempla prestação de serviço público e atividades privadas comerciais, industriais e de prestação de serviço. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta:

a) A busca do pleno emprego é um dos princípios da ordem econômica.

b) A Constituição Federal a todos assegurada o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que

haja autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

c) A Constituição federal proíbe o Estado de explorar diretamente a atividade econômica.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

e) Em defesa do meio ambiente, a atividade garimpeira em cooperativas deve ser desestimulada pelo Estado.

08. O deputado federal João do Gelo, em mensagem de WhatsApp trocada com um YouTuber famoso, no ímpeto de defende r projeto de lei de sua autoria, referiu-se ao deputado José da Farmácia, parlamentar de oposição que articulava contra a aprovação do projeto, como "bandido", "ladrão" e "corrupto". Essas ofensas foram repetidas durante entrevista concedida a um programa de rádio. Inconformado, José da Farmácia apresentou queixa-crime contra João do Gelo, por crime de calúnia e injúria, além de ter ingressado com pedido de indenização por dano moral. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

a) João do Gelo não está acobertado por imunidade material, uma vez que as ofensas foram proferidas fora do recinto da Câmara dos Deputados e por meio virtual.

b) Pelo dano moral causado aJ osé da Farmácia, o deputado federal somente poderá ser responsabilizado civilmente.

c) Conquanto João do Gelo não possa ser responsabilizado civilmente, poderá ser processado e julgado, durante o mandato, por crime contra a honra.

d) João do Gelo é inviolável civil e penalmente pelas palavras ditas, ainda que por meio virtual, uma vez que suas declarações estão relacionadas ao mandato de deputado.

e) João do Gelo somente poderá ser responsabilizado penalmente após o término de seu mandato parlamentar.

09. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.

b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.

c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.

d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

10. A respeito do controle de constitucionalidade que se dá pela via incidental, indique a assertiva incorreta.

a) A pretensão formulada em juízo se dá por meio de um processo constitucional subjetivo, cuja legitimidade ativa é atribuída a qualquer pessoa que queira levar direito violado ao conhecimento do Poder Judiciário.

b) No controle difuso, juízes e Tribunais não poderão, de ofício, declarar a inconstitucionalidade de lei, afastando-a do caso concreto, uma vez que o órgão

julgador não pode ultrapassar o pedido formulado pelas partes.

c) Todas as normas formalmente constitucionais, ainda que já revogadas, desde que vigentes à data do fato, poderão ser utilizadas como parâmetros de controle difuso de constitucionalidade.

d) O objeto da ação pode ser qualquer ato emanado do poder público, independentemente de ser primário ou secundário.

e) No controle difuso, a decisão que afasta a aplicação da lei só faz coisa julgada para as partes do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

11. Assinale a alternativa incorreta sobre a modalidade licitatória denominada Pregão, prevista na Lei n. 10.520/2002

a) O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.

b) O pregão é utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, entendendo-se como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

c) No procedimento do pregão, é vedada a exigência de garantia de proposta, bem como a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.

d) Declarado vencedor, qualquer licitante poderá recorrer no prazo de 05 dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

e) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, previsto na Lei 8.666/1993, poderão adotar a modalidade de pregão.

12. Acerca das licitações, sistema de registro de preços (SRP) e do regime diferenciado de contratações, assinale a alternativa correta

a) Pelo RDC, as obras e serviços de engenharia podem ser objeto de contratação integrada, hipótese em que o próprio contratado elabora o projeto executivo e também o projeto básico.

b) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.

c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda.

d) Embora a Lei nº 8.666/93 preveja hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade, a administração pública não poderá contratar diretamente por inexigibilidade pela via do RDC porque todos os serviços que podem ser objeto do mencionado regime possuem natureza singular.

e) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional e que invistam no desenvolvimento social do País.

13. Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta

a) O art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que a inexecução do contrato firmado com a Administração Pública pelo contratado pode ocasionar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade do contratado para licitar ou contratar com a Administração Pública ficando o contratado impedido de participar de novas licitações do Poder Público e os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.

b) A mudança de local da prestação do serviço objeto do contrato administrativo pode ocorrer mediante alteração unilateral do contrato, pois a mudança, no caso hipotético, constitui modificação qualitativa.

c) Mesmo sem previsão no edital e em cláusula contratual, seria possível à empresa contratada exigir

o reajuste do valor da sua remuneração, tendo em visa que se trata de instrumento para o reequilíbrio econômico-financeiro que objetiva a recomposição do valor da moeda diante das perdas inflacionárias.

d) Os contratos administrativos, em regra, somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano contado do início da sua vigência.

e) A alteração unilateral de contrato administrativo pela administração pública poderá ocorrer normalmente, porque é aceita pela doutrina e pela jurisprudência pátria, embora não esteja prevista expressamente na legislação aplicável.

14. Ainda sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta

a) O restabelecimento da equação econômico-financeira depende da concretização de um evento anterior à proposta formulada, não culposo do contratado, identificável como causa do agravamento da posição do particular.

b) A repactuação é um instrumento disponível para as contratações de serviços contínuos sob regime de mão de obra exclusiva e consiste na alteração das cláusulas econômicas e de preço para refletir a variação dos componentes dos custos do contrato, sendo somente admitida após 01 (um) ano da data dos orçamentos a que a proposta se referir.

c) A Administração Pública pode alterar unilateralmente o contrato quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

d) É devido o reequilíbrio econômico-financeiro, por meio do reajuste, em razão da súbita variação cambial, que resulte em desvalorização da moeda nacional, tendo em vista que se trata de fato imprevisível alocado como álea econômica extracontratual e extraordinária.

e) Havendo alteração unilateral do contrato que reduza os encargos do contratado, não haverá reequilíbrio econômico-financeiro para redução da contraprestação, pois se trata de conduta da própria administração.

15. No que diz respeito aos serviços públicos e sua concessão assinale a alternativa correta

a) Não é necessária autorização legislativa para que o Poder Público realize a concessão de serviço público.

b) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.

c) Incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública e promover diretamente as desapropriações, cabendo à concessionária responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes.

d) Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.

e) A concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, ao passo que a concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

16. A respeito das licitações e da lei 8.666/93, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta

a) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

b) O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais,

observada a validade do registro não superior a seis meses.

c) O credenciamento é um meio de contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, em que a Administração, em vez de escolher apenas um interessado para prestar o serviço, realiza uma pré-seleção com todos os interessados que preencham os requisitos do instrumento convocatório, mediante fixação prévia do preço a ser pago, para que todos sejam credenciados e tenham a oportunidade de prestar o serviço.

d) Se o serviço for de natureza singular e a empresa possuir notória especialização, a contratação poderá ocorrer por dispensa de licitação.

e) Os contratos administrativos são peculiares por terem cláusulas que contêm a manifestação do poder estatal e da supremacia do interesse público sobre interesses privados, as chamadas "cláusulas exorbitantes". Entre tais cláusulas se inclui a necessidade de identificação precisa do crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

17. Com relação aos serviços públicos, assinale a alternativa <u>incorreta</u>

a) Podem ser classificadas como serviço público as obras públicas.

b) A divulgação da suspensão no fornecimento de serviço de energia elétrica por meio de emissoras de rádio, dias antes da interrupção, satisfaz a exigência de aviso prévio.

c) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito for decorrente de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária.

d) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção após prévio aviso, quando por inadimplemento, considerado o interesse da coletividade. Sendo assim, é inviável responsabilizar-se o atual usuário, adimplente com suas obrigações, por débito pretérito relativo ao consumo de água, por exemplo, do usuário anterior.

e) Os serviços públicos gerais ou *uti universi* são indivisíveis e devem ser mantidos por impostos.

18. Sobre as Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta

a) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.

b) Em qualquer modalidade de PPP, haverá uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

c) Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.

d) O Fundo Garantidor de Parcerias possui natureza pública, patrimônio separado dos cotistas e deve ser administrado por instituição financeira controlada pela União.

e) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.

19. Assinale a alternativa correta a respeito dos contratos administrativos

a) Por ausência de previsão editalícia, afasta-se a possibilidade de celebração de compromisso arbitral em conflitos oriundos de contratos administrativos.

b) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública autoriza o contratado a suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, desde que haja provimento jurisdicional neste sentido.

c) A empresa possui garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão de serviço de transporte público ainda que o ajuste tenha sido celebrado sem prévia licitação.

d) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere

automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

e) As controvérsias acerca de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos integram a categoria das relativas a direitos patrimoniais disponíveis, para cuja solução se admitem meios extrajudiciais adequados de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas (Dispute Board) e a arbitragem.

20. Acerca do tema licitações, é incorreto afirmar que

a) Nos termos da Lei nº 8.666/1993, é obrigatória a realização de licitação para a contratação de concessionária para o fornecimento de energia elétrica.

b) Na hipótese de a Administração realizar uma licitação e ela restar fracassada, em que todos os licitantes foram inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

c) Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração.

d) Segundo a Lei nº 8.666/1993, as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

e) A Petrobras, e demais sociedades de economia mista que explorem atividade econômica própria, são obrigadas a fazer licitação, mas as regras do procedimento licitatório não são as da Lei 8.666/93.

DIREITO PENAL

CANCELADO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

36. Assinale a alternativa incorreta:

a) O acusado ausente ou foragido será processado ou julgado sem defensor.

b) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

c) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

d) O acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.

e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

37. Assinale a alternativa incorreta:

a) A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

b) Incumbe ao defensor provar o impedimento até a abertura da audiência. Não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato.

c) A constituição de defensor dependerá sempre de instrumento de mandato.

d) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

e) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

38. Assinale a alternativa incorreta:

a) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for

seu cônjuge, ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

b) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

c) O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevindo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

d) O juiz dar-se-á por suspeito, não podendo ser recusado por qualquer das partes.

e) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

39. Assinale a alternativa incorreta:

a) Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no artigo 31, do CPP.

b) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

c) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

d) O Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.

e) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

40. Assinale a alternativa incorreta:

a) O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

b) O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

c) O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se ele, seu cônjuge, ou parente, consangüíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

d) As prescrições sobre suspeição dos juízes não se estendem aos serventuários.

e) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

41. Assinale a alternativa incorreta:

a) Apenas o perito oficial estará sujeito à disciplina judiciária.

b) As partes não intervirão na nomeação do perito.

c) O perito nomeado pela autoridade será obrigado a aceitar o encargo, sob pena de multa.

d) No caso de não-comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução.

e) É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.

42. Assinale a alternativa incorreta:

a) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

b) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante carta de ordem.

c) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

d) O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.

e) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

43. Assinale a alternativa incorreta:

a) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.

b) A precatória será devolvida ao juiz deprecante, independentemente de traslado, depois de lançado o "cumpra-se" e de feita a citação por mandado do juiz deprecado.

c) Verificado que o réu se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz, a precatória será devolvida ao juiz deprecante.

d) Certificado pelo oficial de justiça que o réu se oculta para não ser citado, a precatória será imediatamente devolvida, para o fim previsto no artigo 362, do CPP.

e) Se houver urgência, a precatória, que conterá em resumo os requisitos enumerados no art. 354, poderá ser expedida por via telegráfica, depois de reconhecida a firma do juiz, o que a estação expedidora mencionará.

44. Assinale a alternativa incorreta:

a) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

c) Não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação por edital.

d) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

e) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

45. Assinale a alternativa incorreta:

a) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias.

b) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão deprecadas por intermédio do ministro da Justiça.

c) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.

d) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

e) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.

46. Assinale a alternativa incorreta:

a) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

b) O período de suspensão do prazo prescricional de que trata o artigo 366, do CPP, é regulado pelo máximo da pena cominada.

c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no artigo 312, do CPP.

d) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

e) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.

47. Assinale a alternativa incorreta:

a) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

b) Caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, ou via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.

c) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

d) Adiada, por qualquer motivo, a instrução criminal, o juiz marcará desde logo, na presença das partes e testemunhas, dia e hora para seu prosseguimento, do que se lavrará termo nos autos.

e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, seguindo regularmente o curso do prazo de prescrição.

48. Pedro é acusado de praticar crime de roubo no estado do Paraná. O juiz, ao receber a denúncia, determina a sua citação por edital. Esgotado o prazo do edital, os autos retornam conclusos ao magistrado. Neste caso:

a) Deve o juiz decretar a revelia de Pedro.

b) Deve o juiz reconhecer a nulidade da citação editalícia, determinando a citação pessoal de Pedro.

c) Deve o juiz determinar o sobrestamento do feito e do curso do prazo prescricional.

d) Deve o juiz nomear curador especial a Pedro.

e) Deve o juiz determinar o prosseguimento do feito, nomeando defensor ad hoc para apresentação de resposta à acusação.

49. Rafael, ciente de que está sendo processado pelo crime de roubo, muda o seu endereço, sem comunicar ao juiz. Neste caso, deve o juiz:

a) Ordenar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

b) Ordenar a sua citação editalícia.

c) Determinar o seguimento do processo sem a presença do acusado.

d) Abrir vistas ao Ministério Público para que pesquise o paradeiro do acusado.

e) Ordenar que o Cartório proceda a diligências tendentes a encontrar o acusado.

50. Assinale a alternativa incorreta:

a) No concurso de jurisdições da mesma categoria prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.

b) No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.

c) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, mesmo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

e) A unidade do processo será mantida, mesmo se sobrevier doença mental a um dos corréus.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Alex Fadel

51. Nos termos da Lei n.º 12.830/2013, que dispõe sobre a Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia, assinale a alternativa correta:

a) Cabe ao delegado de polícia a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial para apurar as circunstâncias, a materialidade e a autoria das infrações penais.

b) As funções de polícia judiciária e investigativa

exercidas pelo delegado de polícia são de natureza administrativa, essenciais e exclusivas de Estado.

c) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito com inscrição há, pelo menos, um ano na Ordem dos Advogados do Brasil.

d) Durante a investigação criminal, cabe ao investigador de polícia a requisição de documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

e) O inquérito policial somente poderá ser avocado por superior hierárquico por motivo de interesse público.

52. À luz das disposições da Lei n.º 7.960/89, assinale a alternativa incorreta:

a) Caberá prisão temporária, para os crimes previstos em lei, quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial.

b) Em regra, terá o prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

c) Caberá prisão temporária, para os crimes previstos em lei, quando o indiciado não tiver residência fixa.

d) A prisão temporária será decretada de ofício pelo juiz, quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em crime de roubo.

e) Após o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade.

53. Sobre a Lei n.º 12.850/2013 (Organizações Criminosas), assinale a alternativa correta:

a) Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas, estruturadamente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obter vantagem de qualquer natureza.

b) A pena do crime de promover, constitui, financiar ou integrar organização criminosa será aumentada de um sexto a dois terços se houver participação de criança ou adolescente.

c) A pena do crime de promover, constitui, financiar ou integrar organização criminosa será aumentada de um sexto a dois terços se houver emprego de arma de fogo na atuação da organização.

d) Se houver indícios de participação de policial nos crimes previstos na Lei n.º 12.850/2013, o Ministério Público instaurará inquérito policial e designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.

e) Embora existam elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo, o condenado por integrar organização criminosa poderá progredir de regime de cumprimento de pena.

54. Acerca dos meios de obtenção de prova previstos na Lei das Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013), assinale a alternativa incorreta:

a) Considerando a relevância da colaboração premiada prestada, o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderá manifestar-se ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador.

b) A ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz para a formação de provas e obtenção de informações.

c) A infiltração de agentes de polícia poderá ser admitida mediante representação do delegado de polícia, que deverá demonstrar a necessidade da medida e, necessariamente, os nomes e apelidos das pessoas investigadas.

d) Independentemente de autorização judicial, o delegado de polícia terá acesso aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço, dados mantidos, dentre outros, pela Justiça Eleitoral, empresas de telefonia e administradores de cartão de crédito.

e) Aquele que se recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitados pelo delegado de polícia comete crime, com pena de

reclusão de seis meses a dois anos e multa.

55. Com base na Lei n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), assinale a alternativa incorreta:

a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração for cometida por decisão de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

b) As penas restritivas de direitos são autônomas, substituem as privativas de liberdade em qualquer caso e terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

c) Uma das penas restritivas de direitos é a prestação de serviços à comunidade, que é a atribuição ao condenado de tarefas gratuitas em parques, jardins públicos, unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na sua restauração, se possível.

d) O baixo grau de instrução ou escolaridade do autor e a sua colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental, são algumas circunstâncias que atenuam a pena do infrator.

e) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são: pena de multa, penas restritivas de direito e prestação de serviços à comunidade.

56. Com base na Lei n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), assinale a alternativa correta:

a) Somente se procede mediante representação nas ações penais dos crimes da Lei dos Crimes Ambientais.

b) É possível a aplicação da suspensão condicional da pena nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.

c) A proposta de aplicação imediata de penas restritivas de direito ou multa é admissível no caso de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, mesmo que inexistente a prévia composição do dano ambiental.

d) Constitui crime violar, mediante ação ou omissão, regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

e) É circunstância agravante, quando não constitui ou qualifica o crime, a prática de crimes ambientais em domingos ou feriados.

57. A Lei n.º 13.869/2019 dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, que possuem, como elemento subjetivo, o dolo, não admitindo-se na modalidade culposa. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

a) Os crimes previstos na Lei de Abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada.

b) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação por crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

c) O sujeito ativo desses crimes é qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer um dos poderes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Território.

d) Considera-se agente público somente aqueles que exercem, mediante remuneração, cargo ou emprego público na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer um dos poderes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Território.

e) Constitui crime submeter o preso a interrogatório policial durante período de repouso noturno, salvo em hipóteses legais.

58. À luz das disposições da Lei n.º 7.716/89, constitui crime resultante de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, exceto:

a) Injuriar alguém ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, com a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

b) Obstar a promoção funcional por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

c) Deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais

trabalhadores por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

d) Exigir, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

e) Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

59. Analise as situações a seguir apresentadas e assinale a alternativa que não contempla crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) Bruna prometeu entregar seu filho a um terceiro que pagou certo valor pela entrega da criança.

b) Carlos, de 20 anos de idade, namora Débora, de 12 anos de idade. Em certa oportunidade, Carlos filmou com seu celular cena de sexo explícito com Débora.

c) Paulo (adulto) namorava com Ana, pessoa com 13 anos de idade. Após uma discussão que findou no término do relacionamento, Paulo, objetivando denegrir a imagem da ex-namorada, publicou em uma rede social uma foto real de certa atriz pornô em cena de sexo explícito, a qual era muito parecida com Ana. Na descrição da imagem, Paulo afirmou falsamente ser uma fotografia de Ana, sua ex-namorada.

d) Márcia, adulta, forneceu de forma gratuita à Izabeli, de 11 anos de idade, um revólver .38 para ela brincar de tiro ao alvo no pátio de casa.

e) Rosangela, adulta, atendente no Bar Meia Noite, vendeu para Mariane, de perceptíveis 16 anos de idade, um copo de whisky com guaraná.

60. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) Como ex-usuário de drogas, o adulto Mariano, a fim de educar e advertir seu filho, Matheus, de 18 anos de idade, sobre os péssimos efeitos que as drogas produzem no organismo, entregou-lhe uma pedra de crack e um cachimbo, obrigando-o a fumá-lo. Assim, Mariano cometeu crime previsto no ECA.

b) Os crimes definidos no ECA são de ação penal pública condicionada.

c) Quando da prática de qualquer dos crimes previstos no ECA, por servidores públicos com abuso de autoridade, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, dependerá da pena aplicada na reincidência.

d) Não comete crime a autoridade policial responsável pela apreensão de adolescente que deixar de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido.

e) A perda do cargo, função pública ou mandato eletivo para os crimes previstos no ECA, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade são condicionados à ocorrência de reincidência.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;

b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;

c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;

d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;

e) o depósito necessário não se presume gratuito.

62. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;

b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;

c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;

d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;

e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

63. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

a) já passa a ser oponível a terceiros.

b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.

c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.

e) depende de registro no cartório competente do local indicado pelo comprador.

64. Carlos obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender um carro ou uma moto a Joaquim mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;

b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;

c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

e) se a venda do carro se tornar impossível por culpa do devedor, restará ao credor apenas o direito de exigir a prestação subsistente.

65. Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Em relação a referido instituto, é correto afirmar que:

a) a depender do contexto fático do negócio jurídico firmado, é possível presumir a solidariedade entre as partes de um dos polos;

b) na obrigação solidária, as partes estarão sujeitas às mesmas condições sempre, a exemplo do local de pagamento;

c) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar;

d) o devedor poderá opor a um credor solidário as exceções pessoais oponíveis aos demais credores;

e) caso o credor solidário decida renunciar à solidariedade passiva, apenas poderá fazer se esta aproveitar todos os devedores.

66. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação incorreta:

a) em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda;

b) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.;

c) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste;

d) a responsabilidade pela evicção pode ser excluída pelas partes contratantes mediante cláusula expressa;

e) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

67. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;

b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;

c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;

d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;

e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

68. A operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, é denominada:

a) aquisição.

b) incorporação.

c) cisão.

d) joint venture.

e) fusão.

69. Acerca do Cheque, assinale a alternativa CORRETA:

a) O portador de cheque representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela desde que atendido as devidas formalidades, além da entrega do título devidamente quitado.

b) Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros;

c) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

d) Para a validade do aval, dado no anverso do título, é necessário além da assinatura do avalista que se coloque por escrito "aval", caso contrário entende-se como endosso.

e) O endosso é um instituto sinônimo à cessão ordinária de créditos, inclusive no que tange à legislação aplicada.

70. A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

a) seguradora.

b) simples.

c) de economia mista.

d) empresária.

e) Nenhuma das anteriores

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

71. O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças foi adotado em Nova York em novembro de 2000 como forma complementar de proteção às pessoas vulneráveis ao tráfico. Sobre o protocolo, assinale a alternativa correta:

a) O protocolo apresenta como objetivos a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, visando proteger exclusivamente às mulheres e às crianças, além da proteção e ajuda às vítimas do tráfico, respeitando plenamente seus direitos humanos.

b) O tráfico de pessoas refere-se ao o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo unicamente à ameaça ou ao uso da força.

c) Sendo constatado o consentimento da vítima, não há que se falar em crime de tráfico de pessoas.

d) O protocolo, ao contrário do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera como "criança" qualquer pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

e) O protocolo será aplicado à prevenção, investigação e repressão das infrações de natureza transnacional ou nacional.

72. De acordo com o Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, editado pela ONU em 1979, pode-se afirmar:

a) No cumprimento do seu dever, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar e proteger a dignidade humana, manter e apoiar exclusivamente daqueles que estão sob sua custódia.

b) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei não estão impedidos de usar a força, mas devem fazê-lo apenas quando estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.

c) As informações de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem ser mantidas em segredo e não poderão ser disponibilizadas em nenhuma hipótese.

d) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei podem, de maneira excepcional, valer-se de tortura em caso de graves instabilidades políticas, a exemplo do estado de guerra ou ameaça à segurança nacional.

e) No exercício de suas atribuições, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem assegurar a proteção da saúde das pessoas, mas não estão obrigados a assegurar a prestação de cuidados médicos pois tal medida extrapola sua responsabilidade.

73. As Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos refere-se a um conjunto de regras de direitos humanos voltado para aqueles que estão em cumprimento de penas. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) São regras de *soft law*, ou seja, são normas desprovidas de caráter jurídico vinculante em relação aos signatários.

b) São normas vinculantes (*jus cogens*) e a sua simples existência vincula os Estados, ainda que não tenham aderido expressamente ao seu texto.

c) Estabelecem uma série de direitos humanos, exceto o direito de liberdade de religião, plenamente restringido em face da condenação penal e em respeito à laicidade dos Estados signatários.

d) As Regras Mínimas são divididas em observações preliminares, principalmente acerca do sistema penitenciário, e regras de aplicação geral, sem estabelecer normas específicas a categorias especiais.

e) As Regras devem ser aplicadas integralmente a todos aqueles que estejam cumprindo pena, independentemente de serem adolescentes ou adultos.

74. As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, também conhecidas como Regras de Mandela, apresentam como princípio básico a não discriminação, buscando assegurar diversos direitos humanos àqueles que cumprem penas. Considerando as normas previstas, assinale a alternativa correta:

a) A detenção e demais medidas restritivas de contato do sujeito com o mundo exterior são penosas por tirar a liberdade e o direito à autodeterminação. Nesse sentido, o sistema prisional fica absolutamente impedido de agravar o sofrimento inerente a esta situação.

b) A pena de prisão ou qualquer outra medida restritiva de liberdade apresentam três objetivos expressos: proteger a sociedade contra a criminalidade, reduzir a reincidência e garantir a ressocialização dos indivíduos.

c) As instalações de banho e ducha devem ser suficientes para que todos os reclusos possam higienizar-se em temperatura adequada ao clima. Assim, a omissão injustificada da Administração em

providenciar a disponibilização de banho quente nos estabelecimentos prisionais fere a dignidade dos presos sob sua custódia.

d) Os sistemas prisionais devem manter um sistema público de registro dos presos, sendo permitido o livre acesso pelos reclusos, garantido o direito, inclusive, de receber uma cópia integral destes registros no momento de sua libertação.

e) As diferentes categorias de reclusos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes zonas de um mesmo estabelecimento prisional, tendo em consideração o respetivo sexo e idade, antecedentes criminais, razões da detenção e medidas necessárias a aplicar. Desse modo, devem ser separados homens e mulheres, jovens e adultos, presos preventivos e condenados, embora possam ser mantidos no mesmo estabelecimento os presos por dívidas e aqueles condenados por crimes.

75. Os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos constituem-se num complexo conjunto de normas e de instrumentos internacionais com diferentes destinatários. Nesse contexto, diferenciam-se os âmbitos de aplicação, razão pela qual se fala em Sistema Global e Sistemas Regionais. Em relação ao Sistema Europeu, pode-se afirmar:

a) O Conselho da Europa é um órgão consultivo que admite Estados não europeus como membros, a exemplo do Brasil.

b) A Comissão de Veneza é o órgão responsável pela coordenação do Sistema Europeu de Direitos Humanos.

c) O Tribunal Europeu de Direitos Humanos é o órgão jurisdicional do Sistema Europeu, possuindo competência contenciosa e consultiva. Composto por 11 (onze membros), eleitos para mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução, o Tribunal poderá apreciar petições interestatais e individuais.

d) A Convenção Europeia de Direitos Humanos prevê direitos de primeira dimensão (civis e políticos), de segunda dimensão (econômicos, sociais e culturais) e alguns direitos de terceira dimensão (fraternidade e solidariedade).

e) A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia não está atrelado diretamente ao Sistema Europeu, mas vinculado à União Europeia, reunindo regramentos esparsos no sistema global.

76. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi estabelecido pela Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, prevendo propósitos e princípios norteadores. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) A OEA não tem mais faculdades que aquelas expressamente conferidas pela Carta, podendo intervir em assuntos da jurisdição interna dos Estados membros.

b) Os propósitos essenciais previstos na Carta são necessários para realizar os princípios. Desse modo, garantir a paz e segurança continentais, assim como promover e consolidar a democracia representativa, intervindo nos casos de guerra, são formas de atingir os princípios norteadores.

c) A Carta da OEA apresenta como princípios, por exemplo, a organização solidária dos Estados em caso de agressão e a busca pela solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros.

d) Os Estados Americanos condenam a guerra de agressão, embora reconheçam que a vitória dá direitos. Em razão do princípio da solidariedade que rege a Carta, a agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados.

e) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana.

77. A doutrina entende que o Mercosul tem procurado implementar políticas públicas de direitos humanos no bloco à medida que tal tema representa um eixo fundamental no processo de integração. Considerando o Protocolo de Assunção, assinale a alternativa correta:

a) A plena vigência das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos e das liberdades

fundamentais são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre os Estados signatários.

b) O Protocolo deverá ser utilizado nos casos de graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais em tempos de paz; em caso de guerra, crises institucionais ou vigência de estados de exceção, os Estados têm soberania para lidar com tais questões de forma autônoma.

c) Quando as consultas entre os Estados resultarem ineficazes, deve-se aprovar menção de repúdio, mas não são admitidas suspensão de direitos e obrigações emergentes do Protocolo de Assunção.

d) Em respeito ao contraditório e à ampla defesa, qualquer medida sancionatória só poderá ser aplicada com a participação do Estado afetado no processo decisório pertinente.

e) As medidas restritivas imposta às Parte afetada serão cessadas tão logo a situação de grave e sistemática violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais seja solucionada.

78. A Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), embora editado em 1969, foi aprovado e promulgado no Brasil apenas em 1992. Sobre referido diploma internacional, é correto afirmar:

a) O Brasil acatou sem reservas as disposições contidas na Convenção.

b) O Pacto de San José da Costa rica é um documento completo, albergando direitos de primeira, segunda e terceira dimensões.

c) A proteção à vida deve ser garantida desde o momento da concepção, sendo vedada a aplicação de pena de morte.

d) A Convenção prevê que, em regra, são vedados os trabalhos forçados. No entanto, havendo sentença judicial e respeito à dignidade ou capacidade física e intelectual do preso, tais trabalhados serão permitidos quando sejam normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença.

e) A vedação à prisão civil do depositário infiel, prevista no art. 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, teve por consequência a revogação tácita do art. 5º, LXVII da Constituição Federal.

79. Considerando as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), assinale a alternativa correta:

a) Os direitos e garantias assegurados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos não podem ser suspensos, ainda que diante de situações consideradas críticas.

b) A Convenção permite que em determinados casos, a exemplo de guerra e perigo público, os Estados suspendam as obrigações contraídas em virtude do instrumento internacional. Nesse caso, as suspensões devem ser por tempo determinado e ensejam a comunicação imediata aos outros Estados por intermédio do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos.

c) Em caso de emergência que ameace a independência ou segurança do Estado parte, o direito ao nome e anonimato, assim como direitos políticos poderão ser suspensos, desde que respeitadas diretrizes mínimas.

d) Quando composto por entes federados, o Estado parte poderá alegar o descumprimento de alguma disposição da Convenção sob o argumento de que internamente a competência cabe ao ente.

e) Para que sejam utilizadas petições individuais, os Estados devem anuir expressamente quando da incorporação da Convenção.

80. A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura foi adotada pela OEA no ano de 1985, sendo assinada pelo Brasil em 1986 e internalizada com a publicação do Decreto nº 98.386/1989. O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte, por sua vez, foi adotado em 1990, sendo internalizado em nosso ordenamento em 1998. Sobre os referidos diplomas internacionais, assinale a alternativa correta:

a) Estão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequência de medidas legais ou inerentes a elas.

b) Não haverá responsabilização penal quando a tortura for decorrente de ordens superiores ou praticada em circunstâncias excecionais como o estado de guerra, a ameaça de guerra, o estado de sítio ou emergência.

c) Qualquer pessoa poderá denunciar haver sido submetida a tortura. Havendo razão fundada para supor que haja sido cometido ato de tortura no âmbito de sua jurisdição, os Estados Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e, se for cabível, iniciarão o respectivo processo penal.

d) O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte permite que sejam opostas amplas reservas ao seu conteúdo.

e) A pena de morte deve ser abolida em qualquer hipótese, inclusive em tempo de guerra por delitos de caráter militar.

DIREITO AMBIENTAL

Luiz Carlos Oliveira

81. É possível depreender da Constituição Federal de 1988, que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito fundamental de:

a) 1ª Dimensão

b) 2ª Dimensão

c) 3ª Dimensão

d)4ª Dimensão

e)5ª Dimensão

82. É um instrumento econômico que exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão de danos ambientais, obrigando o agente a responder pelos custos socais pela degradação causada, como também suportar as consequências negativas de sua atividade e não deixar para sociedade o ônus da degradação ambiental por ele produzida. O texto ventila a essência do princípio do(a):

a)prevenção

b)precaução

c)poluidor-pagador

d)usuário-pagador

e)protetor-recebedor

83. Segundo as normas que tutelam o meio ambiente na Constituição Federal de 1988 e Jurisprudência dominante do STF, notadamente quanto à prática de crueldade com os animais, é correto afirmar que:

a) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, mesmo que sejam manifestações culturais, legalmente conhecidas, segundo a CF/88.

b) as práticas que coloquem em risco ou submetam os animais a crueldade, são vedadas pela CF/88, sem exceção.

c)segundo o STF, a "Farra do Boi" é constitucional, devendo prevalecer o direito à manifestação cultural.

d)para o STF, as manifestações culturais não prescindem da observância do disposto no inciso VII do § 1º do art. 225 da CF/88, que veda práticas que submetam os animais à crueldade.

e)a Emenda Constitucional 98/2017 autorizou a prática de crueldade com animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

84. No que tange as infrações administrativas ao meio ambiente e as sanções aplicáveis aos infratores, é correto afirmar que:

a) segundo o STJ, a apreensão do instrumento utilizado na infração ambiental, independe do uso

específico, exclusivo ou habitual para a empreitada infracional.

b) a multa simples não pode ser convertida em serviços de recuperação da qualidade do meio ambiente.

c) é uma sanção restritiva de direitos a proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até cinco anos.

d) o valor máximo de uma sanção de multa por danos acarretados ao meio ambiente, por auto de infração, não poderá exceder R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

e) no processo administrativo ambiental sancionador o prazo para o autuado apresentar defesa é de 20 dias, contados da lavratura do auto de infração.

85. José pescou em período no qual a pesca era proibida, nos termos de regulamento expedido pelo órgão ambiental estadual. Nesse cenário, é correto afirmar que José:

a) cometeu uma infração administrativa, sem consequências penais.

b) cometeu um crime ambiental, com pena de reclusão de um a cinco anos, não cabendo, como regra, a suspensão condicional do processo.

c) cometeu um crime ambiental, que pode ser qualificado, caso tenha utilizado substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de um explosivo.

d) tendo praticado o ato de pesca em estado de necessidade, para saciar a fome de sua família, será beneficiado pelo perdão judicial.

e) não cometeu crime ambiental, se praticou apenas ato tendente a capturar espécimes dos grupos dos peixes, sem efetivamente pescá-las.

86. Nos termos da Lei Complementar 140/2011, é uma ação administrativa exclusiva dos Estados/DF:

a) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

b) promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos.

c) definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

d) promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.

e) aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em unidades de conservação do Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

87. Nos termos da Lei 12.305/2010, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Segundo o normativo, um produto sujeito ao sistema de logística reversa é:

a) óleo lubrificante, exceto as embalagens.

b) um celular, exceto a bateria.

c) pneus, exceto os produzidos de borracha natural.

d) os resíduos de agrotóxicos, exceto as embalagens.

e) um monitor de televisão, independentemente da tecnologia utilizada.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

88. Com relação às figuras fundamentais de Vucetich, o verticilo apresenta:

a) um delta à esquerda e o núcleo à direita.

b) um delta à direita e o núcleo à esquerda.

c) dois deltas e um núcleo central.

d) um sistema de linhas marginais e basais, não há o sistema central, não há deltas.

e) linha papilar que forma uma espécie de um ponto.

89. No disparo encostado, a boca do cano da arma é pressionada contra o corpo da vítima, de modo que poderá ficar marcada por um desenho que reproduz a boca da arma. Referido desenho recebe o nome de:

a) Sinal de Benassi.

b) Sinal de Puppe-Werkgaertner.

c) Boca de Mina de Hoffman.

d) Tronco de cone de Bonnet.

e) Sinal de Romanesi.

90. A ação da eletricidade pode ocasionar desde lesões leves até à morte. Quando ocorre ação letal da eletricidade natural chamamos de:

a) fulguração.

b) eletroplessão.

c) efeito Joule.

d) fulminação.

e) eletroperfuração.

91. A rigidez cadavérica é um fenômeno consecutivo que se inicia entre _____ após a morte e atinge o ápice após _____:

a) 1 e 2 horas – 12 horas.

b) 2 e 4 horas – 8 horas.

c) 6-8 horas – 16 horas.

d) 2 e 4 horas – 12 horas.

e) 1 e 2 horas – 8 horas.

92. O cadáver intoxicado por monóxido de carbono **não** apresentará:

a) rigidez precoce.

b) sangue fluído.

c) manchas de hipóstase escuras.

d) edema cerebral.

e) trombose das artérias coronárias.

93. É considerado fator psicopatológico limitador e modificador da capacidade civil e da imputabilidade penal:

a) idade.

b) embriaguez.

c) sexo.

d) emoção e paixão.

e) agonia.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

94. Levando em conta os diversos tópicos da Criminologia, assinale a alternativa correta:

a) A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de prevenção e punição do crime.

b) A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz entre a criminologia e o direito penal.

c) A criminologia se dedica também ao estudo do controle social do delito, ao lado do crime, do criminoso e da vítima. Assim, a polícia, o Judiciário, a administração penitenciária são instituições encarregadas de exercer o controle social informal.

d) São teorias sociológicas do consenso as teorias da associação diferencial, da anomia e do etiquetamento.

e) A criminologia classifica como vitimização terciária o processo de desumanização da vítima pelas esferas de controle formal do delito, ao tratá-la como mero objeto, e com desdém, durante a investigação e a persecução criminal.

95. Tomando por base os modelos de reação ao crime, as escolas criminológicas, as teorias sociológicas e os objetos de seu estudo, assinale a alternativa incorreta:

a) Modelos de reação ao crime são aqueles adotados pela sociedade para dar uma resposta ao fenômeno criminoso, podendo ser classificados em clássico, ressocializador e integrador.

b) As teorias sociológicas propõem compreender e explicar a criminalidade como um fenômeno social; e são classificadas em teorias do consenso e teorias do conflito.

c) A teoria sociológica do labeling approach concentra sua análise na influência das instâncias formais do controle social (polícia, Ministério Público e juízes) para a prática criminosa.

d) Para a concepção clássica da Criminologia, o homem se torna criminoso em razão de um determinismo biológico ou social.

e) A criminologia é ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo.

96. Assinale a alternativa correta dentre as hipóteses abaixo:

a) O início da Criminologia científica é a obra de Cesare Lombroso (1835-1909) "L'Uomo delinquente".

b) A teoria das janelas quebradas fundamentou o movimento de tolerância zero, implementado, na década de 80, em Nova Iorque; e que tinha por princípio a concentração dos esforços no combate à criminalidade organizada e corporativa.

c) Quando a vítima, em decorrência do crime sofrido, não encontra amparo adequado por parte dos órgãos oficiais do Estado, durante o processo de registro e apuração do crime, como, por exemplo, a submissão a exame de corpo de delito, resta caracterizada a vitimização primária.

d) O comportamento criminal é aprendido, mediante a interação com outras pessoas, resultante de um processo de comunicação. A afirmação guarda relação com a teoria sociológica da subcultura delinquente.

e) O neorrealismo de direita é caracterizado pelo clamor por políticas públicas repressivas, que fortalece discursos que pregam a ampliação do espectro punitivo e o dogma de pena como resolução de conflitos humanos.Gabarito:

97. Assinale a alternativa incorreta:

a) Afirmar que a criminologia é interdisciplinar e tem o empirismo como método significa dizer que esse ramo da ciência utiliza um método silogístico.

b) A criminologia tradicional desconsiderou o estudo da vítima por considerá-la mero objeto neutro e passivo, tendo polarizado em torno do delinquente as investigações sobre o delito, sua etiologia e prevenção.

c) O controle social formal pode ser classificado em controle de primeira, segunda e terceira seleção; cabendo à atuação do sistema judiciário esta última classificação.

d) Para Lizt, o fundamento da pena é orientado à finalidade de intimidar, corrigir e neutralizar.

e) As teorias estrutural-funcionalistas consideram a normalidade e a funcionalidade do crime na ordem social, menosprezando o componente biopsicopatológico no diagnóstico do problema criminal.

98. Assinale a alternativa correta:

a) No tocante aos modelos de reação social, o modelo clássico de resposta ao delito confere especial relevância à intervenção positiva no condenado, que facilite o seu digno retorno à comunidade, sua plena reintegração social.

b) O comportamento criminoso pode ser definido, dentre outros, sob o ponto de vista das causas biológicas ou psicológicas, que determinam o

comportamento, próprias das teorias sociológicas; ou da reação social dos aparelhos de controle social e dos processo de rotulação, elaborada pela teoria interacionista.

c) O desenvolvimento de teorias radicais sobre crime, desvio e controle social está ligado às lutas ideológicas e políticas das sociedades ocidentais, na era da reorganização monopolista de suas economias.

d) "Todo comportamento tem sua origem social. Começa como uma moda e torna-se um hábito ou costume. Pode ser uma imitação por costume, obediência ou educação. O que é a sociedade? Sociedade é imitação". A tese de Gabriel Tarde, sociólogo francês, considerado o pai da microssociologia, e que explica muito bem o comportamento nas redes sociais de nosso tempo, fundamenta a teoria sociológica do labeling approach.

e) No que toca às teorias sociológicas, a teoria da anomia, sob a perspectiva de Durkheim, define-se a partir do sintoma do vazio produzido no momento em que os meios socioestruturais não satisfazem as expectativas culturais da sociedade, fazendo com que a falta de oportunidade leve à prática de atos irregulares para atingir os objetivos almejados.

99. No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:

a) Na perspectiva macrossociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.

b) As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.

c) As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.

d) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquente e a teoria do etiquetamento.

e) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura do delinquente.

100. Em relação às possibilidades de controle social formal e informal, assinale a opção correta.

a) O Estado laico limita a função de controle social informal dos poderes religiosos.

b) A educação representa forma de controle social informal.

c) A ação das polícias que extrapola seu rol legal de competência é exemplo de controle social alternativo.

d) O poder público é o único titular do controle social no âmbito do estado democrático de direito.

e) A família exerce função de controle social idêntica ao controle jurídico

Preencha o Gabarito

http://bit.ly/Regulares-Delegados-27-03

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://bit.ly/Assinatura-ECJ

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões